

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NOVA IGUAÇU – RIO DE JANEIRO

Proc. nº 0840725-10.2022.8.19.0038

MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, por seu sócio **MURILO MATUCH DE CARVALHO**, Administrador Judicial das sociedades empresárias **RIOPET EMBALAGENS S/A**, **INJETRIO INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA.**, **RESIN PLÁSTICOS LTDA.** e **BMW PARTICIPAÇÕES LTDA.**, conjuntamente denominadas **GRUPO RIOPET**, vem a Vossa Excelência, nos autos da presente **Recuperação Judicial**, relatar as providências já tomadas desde a nomeação, na forma que segue.

I. Brevíssimo resumo da demanda

01. Eminente Magistrada, através de petição inicial de Id. 36686881, ladeada por documentos de Ids. 36688241 a 36688465 as sociedades empresárias **RIOPET EMBALAGENS S/A**, **INJETRIO INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA.**, **RESIN PLÁSTICOS LTDA.** e **BMW PARTICIPAÇÕES LTDA.**, que compõem o **GRUPO RIOPET**, requereram a este respeitável Juízo de Direito o deferimento de sua recuperação judicial, relatando, de saída, que a Riopet foi fundada em 07 de agosto de 1995, atuando, portanto, há mais de 27 (vinte e sete) anos de forma ininterrupta no segmento de embalagens, possuindo história sólida de grandes parcerias no mercado.

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

02. Na sequência, as Requerentes esclarecem que a Riopet foi constituída como sociedade empresária limitada, com a razão social de EREVAN INDUSTRIAL LTDA., transformando-se em sociedade anônima no ano de 2007.

03. Expõem que, no início, a Riopet possuía apenas 32 (trinta e dois) funcionários e atuava no processo de Sopro para produção de frascos e garrafas PET (polietileno tereftalato), e que, atualmente, mesmo diante de toda a automatização tecnológica da planta industrial que, conseqüentemente, acarreta diminuição de pessoas trabalhando nas fábricas, além das recentes demissões em razão do agravamento da crise financeira que atravessa, o Grupo Riopet possui hoje um total de 114 (cento e quatorze) funcionários diretos, além de inúmeros empregos indiretos.

04. Ressaltam que, naquela época, a Riopet funcionava ainda como intermediária das grandes produções, prestando serviços a outras grandes empresas do ramo, como a Alcoa – Divisão de Embalagens, que, por sua vez, entregavam para os clientes finais (o maior deles: a Coca-Cola).

05. Ato contínuo, destacam que a operação foi ganhando escala e, ao longo dos anos, a Riopet verticalizou as operações, utilizando a Resin, fundada em 05 de agosto de 2008, na pós-compensação e blends de resina PET, e a Injetrio, fundada em 21 de dezembro de 2009, na produção de “pré-formas”.

06. Asseveram que, tempos depois, a Riopet passou a ser uma empresa homologada no sistema Coca-Cola, passando a produzir diretamente a esta em suas franquias, sem mais figurar como mera intermediária.

07. As requerentes afirmam que, diante da compra pela Coca-Cola, forneceram garrafas de Matte-Leão somente até o ano de 2012, quando a produção no Rio de Janeiro foi encerrada e transferida para Linhares-RS.

08. Ressaltam que entre os anos de 2002 e 2012 o Matte-Leão foi o maior cliente do Grupo Riopet na aquisição de embalagens.

09. Ressaltam, ainda, que a Coca-Cola seguiu contratando, e que, em 2014, iniciou a produção de garrafas retornáveis Refpet 2L.

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

10. Sustentam que, no intuito de ampliar a produção, no ano de 2016 foi fundada a filial da Riopet em Vinhedo - SP, passando a ser um ponto de produção de garrafas “Refpet”, além de importante unidade de distribuição. Assim, afirmam que, atualmente, a Riopet é a principal fornecedora de embalagem retornável Refpet 2L para refrigerantes do sistema Coca-Cola.

11. As requerentes relatam que o aumento da produção demandou aprimoramento de tecnologias, e que, em 2017, a Coca-Cola exigiu de seus fornecedores a implementação de mudanças com intuito de melhorar a performance das embalagens, estimulando a Riopet a aperfeiçoar sua operação.

12. Destacam que o Grupo Riopet foi o pioneiro no Brasil em importar equipamento (Injetoras e Sopradoras) capazes de aprimorar a performance das garrafas retornáveis, e que isso, em contrapartida, culminou em altíssimo investimento financeiro no final de 2018, tendo que recorrer, inclusive, a empréstimos bancários, que assegurou ao Grupo angariarem o maior volume de contratos, tornando-se a principal fornecedora de embalagem retornável Refpet 2L para a Coca-Cola.

13. Nessa linha, afirmam que, atualmente, garantem a reutilização das referidas embalagens retornáveis em 30 (trinta) ciclos, por meio de testes de laboratório, enquanto no passado os equipamentos antigos garantiam o máximo de 20 (vinte) ciclos, o que representa considerável ganho financeiro à Coca-Cola. Corroboram tal afirmação com o fato de que as garrafas retornáveis Refpet de 2L substituíram todo o parque de garrafas de vidro de mesma litragem.

14. Em seguida, explicam que tal processo preza a sustentabilidade, a destinação correta de resíduos e reciclagem, economia de matéria-prima, redução da pegada de carbono etc., e que, com isso, ao longo dos últimos anos, a Riopet vem se destacando como fornecedor de embalagens no Sistema Coca-Cola, resultando no reconhecimento formal por algumas franquias, como por exemplo, a Andina (Rio de Janeiro Refrescos) e Femsa.

15. Destacam que possuem atualmente certificado ISO9001, datado de 26 de outubro de 2020, e certificado BRCP, para segurança alimentar, emitido em 10 de fevereiro de 2022, atestando sua excelência na fabricação e comercialização de pré-formas PET e embalagens em PET, assim como certificações ambientais, tais como Anvisa, para uso de resina reciclada em embalagens para produtos alimentícios,

no que tange à segurança alimentar, e Certificado de Inspeção Sanitária, emitido pela Prefeitura de Nova Iguaçu.

16. Prosseguem no afirmar de que, ao longo do tempo, investiram em equipamentos e tecnologia de ponta, formando especialistas que conferem alta qualidade à produção e possibilitam o desenvolvimento de inovações, e que, com a expansão, em 2021, o Grupo Riopet também investiu em filiais estratégicas, como a do escritório corporativo em Campinas-SP, a fim de atender melhor às franqueadas da Coca-Cola, e a Filial em Xerém, Duque de Caxias-RJ, responsável pela armazenagem e estoque de produtos.

17. Elucidam que, atualmente, o Grupo Riopet gera blends de resina PET pós-condensada pela Resin ou por terceiros homologados para grau alimentício, quando necessário, e, após, fabrica a “pré-forma” (uma espécie de tubo de ensaio com rosca) pela Injetrio, antes de levar o “sopro” na Riopet, para se tornar a garrafa.

18. Sustentam que, com o objetivo de minimizar o impacto ambiental, a Riopet possui ainda 02 (duas) unidades de distribuição das embalagens em locais estratégicos, quais sejam, a Riopet RJ (Matriz em Nova Iguaçu) e Riopet SP (Filial em Vinhedo-SP), reduzindo consideravelmente a circulação de caminhões em todo território nacional.

19. Diante desse cenário, afirmam que empregam o máximo de esforço para reduzir os impactos ambientais de suas atividades e fomentar as ações para o desenvolvimento econômico e socioambiental de comunidades localizadas no seu entorno, estabelecendo metas sólidas para a redução de CO2 envolvendo toda a cadeia de fornecimento e produtividade, o que diferencia o Grupo Riopet no segmento que atua.

20. Na sequência, as Requerentes discorrem sobre a momentânea crise financeira que atravessam, destacando, de início, que, do ponto de vista externo, é inegável que o Brasil passa por uma das mais difíceis crises econômico-financeiras já vivenciadas, refletindo nos mais diversos setores da economia.

21. Afirmam que, apesar disso, vinham expandindo seus negócios ao longo dos anos, se valendo, por muito tempo, somente de capital próprio, consumindo seu fluxo de caixa.

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

22. No entanto, ressaltam que, como prefalado, no final de 2018 foi imprescindível a aquisição de modernos equipamentos dedicados à fabricação de Refpet, para que fosse possível atingir a performance da embalagem exigida pela Coca-Cola, o que representou investimento financeiro altíssimo, sendo necessário recorrer a empréstimos bancários, e que, como consabido, foi exponencial a curva de crescimento de juros, antes de 2% (dois por cento) ao ano, passando para os atuais 13,75% (treze vírgula setenta e cinco por cento) ao ano.

23. Sustentam que, somado a isso, foram negativamente impactadas com a pandemia da Covid-19 logo no início de 2020, pouco após o investimento que haviam feito, estendendo-se até meados de 2022, diante do retrocesso econômico e de adoção de medidas extremas, como o confinamento.

24. Afirmam, durante a pandemia, empenharam esforços para manter todos os funcionários, não tendo rescindido um contrato sequer.

25. Relatam que o preço das matérias primas elevou consideravelmente, tendo exemplificado com o valor da resina, que em 2020 girava em torno de R\$4.000,00 (quatro mil reais) por tonelada, e hoje alcança o valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

26. Por outro lado, afirmam que os limites de crédito aprovados e os prazos e pagamento de seus principais fornecedores de matéria-prima (resinas PET) não são suficientes para suportar as demandas necessárias de seu principal cliente, criando um forte desencaixe no seu fluxo de caixa, e consequente necessidade de antecipação de pagamentos para a devida liberação de crédito e entrega das matérias-primas.

27. Pontuam que havia uma lacuna de pelo menos 90 (noventa) dias entre o fornecimento do produto pelas Requerentes e o efetivo pagamento pelas mercadorias entregues, o que demandava a busca por FIDCs para a antecipação desses recebíveis, sempre a juros altíssimos.

28. Relatam que, recentemente, ocorreu considerável redução nas vendas para outros clientes, em razão de um problema no controle de qualidade, que gerou a devolução de produtos, seguida de um pequeno colapso quanto ao cancelamento e emissão de notas fiscais, impactando diretamente na relação com os FIDCs credores de seus clientes finais.

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

29. Aduzem que, duas semanas antes do pedido de recuperação judicial, conseguiram reduzir o tempo de espera com o cliente Coca-Cola para 15 (quinze) dias, possibilitando que passem a operar, aos poucos, com o próprio caixa, sem desconto de títulos, sendo este um fator determinante para o soerguimento das empresas do Grupo Riopet.

30. Ressaltam que, somado a isso, sofreram diversos impactos negativos no caixa, devido à alavancagem da inflação pós Covid-19, e com a alta taxa de juros (variação da taxa Selic), sendo certo que, de lá pra cá, passaram a recorrer às instituições financeiras, utilizando-se de linhas de crédito de curto e longo prazo.

31. Expõem que os próprios fornecedores, cientes da momentânea crise financeira que assola as Requerentes, já vêm demonstrado uma postura menos amigável, exigindo, por vezes, o pagamento adiantado e/ou à vista.

32. As Requerentes esclarecem que:

“a matéria-prima utilizada na produção das garrafas retornáveis (Refpet), denominada “Resina Laser + RF AF-626 PI”, é comercializada exclusivamente pela empresa Alpek Polyester da Argentina (antiga Dak Americas), por ser a única homologada no sistema Coca-Cola®, que, diga-se de passagem, é também a única cliente do Grupo Riopet atualmente.

Logo, o sistema é simples: sem a “Resina Laser + RF AF-626 PI” da Alpek Polyester as Requerentes não produzem garrafas retornáveis; e sem produzir, não vendem à Coca-Cola, deixando, portanto, de faturar – o que geraria a imediata quebra do Grupo.”

33. Nada obstante, antes que isso aconteça, o Grupo Riopet afirma se valer do pedido de recuperação judicial, *“a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”*, tal como preconiza o art. 47 da Lei 11.101/2005.

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

34. As Requerentes asseveram que vêm angariando novos projetos, porém, a demanda de investimento *versus* sua capacidade financeira tem sido um verdadeiro desafio.

35. Registram serem empresas regionais de médio porte, com capital nacional, embora tenham concorrentes diretos em cenário globalizado, especialmente considerando que sua maior cliente multinacional é a Coca-Cola, mas possuem cabedal de cunho material e humano suficiente à continuidade das atividades.

36. Nesse sentido, afirmam vislumbrar o ingresso efetivo de socio investidor, através de *DIP Financing*, anexando uma carta de intenções que corrobora o afirmado.

37. De acordo com o Grupo Riopet, nos últimos meses esse investidor vem realizando *due diligence* nas empresas, entendendo, a partir disso, ser totalmente viável seu soerguimento, desde que sejam feitos os investimentos necessários de capital e também singelas modificações na operação, especialmente no que tange às pré-formas.

38. Afirmam que o referido investidor almeja injetar capital suficiente para que as Requerentes possam operar com seu próprio fluxo de caixa, sem que seja necessário recorrerem novamente às instituições financeiras, sobretudo os FIDCs.

39. Ressaltam que o Grupo Riopet possui contratos vigentes com a Coca-Cola até março de 2024, permitindo uma projeção realista para os próximos anos, que são severamente auditadas, pelo menos, a cada 02 (dois) anos pela referida cliente.

40. As requerentes informaram, ainda, se encontrar em um “processo concorrencial” junto à FEMSA (maior envasadora do sistema Coca-Cola), onde estavam sendo avaliados preços e qualidade na prestação de serviço, acreditando-se que o Grupo Riopet estava muito bem-posicionado se comparado aos seus concorrentes, não fosse a momentânea crise que atravessa, que pode prejudicá-la internamente.

41. As Requerentes afirmam crer que o ingresso do investidor somado ao deferimento do processamento da recuperação judicial possibilitarão a repactuação das suas dívidas concursais e extraconcursais, sobretudo com as instituições

financeiras e FIDCs, já que, atualmente, as taxas de juros exorbitantes consomem quase toda a margem de negócio.

42. Declaram, ainda, que o referido investidor vislumbra adquirir nova unidade recicladora, com a mesma capacidade da antiga Viscotech, da qual a BMW Participações, 4ª Requerente, era detentora de 49% (quarenta e nove por cento), pois entende que a retomada de uma Planta de resina reciclada homologada na Anvisa e FDA seria estratégico para o negócio de pré-formas, com resina reciclada.

43. Segundo as Requerentes, tal aquisição aumentaria consideravelmente o lucro do Grupo Riopet, facilitando o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, bem como o pagamento dos credores e fornecedores extraconcursais, sendo possível atestar *que são concretas as possibilidades de soerguimento do Grupo, permitindo-se que as Requerentes gerem ainda mais empregos e reconquiste seu poder de competição no mercado.*

44. Daí, declaram preencher os requisitos exigidos pela Lei 11.101/2005 para o processamento da recuperação judicial, tendo apresentado a documentação necessária e exposto as causas da crise que atravessam, pelo que pugnaram pelo deferimento do processamento da recuperação judicial, com a nomeação de administrador judicial, suspensão das ações e execuções ajuizadas em face das empresas Requerentes, intimação do Ministério Público e das Fazendas Públicas, publicação do Edital a que alude o art. 52, §1º, da Lei de regência, bem como, em sede de tutela de urgência:

- (i) *a imediata suspensão dos efeitos dos protestos dos clientes das Requerentes listados na planilha anexa (doc. 22), considerando a declarada exigibilidade perante a RioPet;*
- (ii) *e (ii) que os FIDCs contidos na planilha anexa (doc. 23) se abstenham de promover novos protestos em face dos clientes das Requerentes quanto às duplicadas quitadas em ato de boa-fé e assumidamente devidas pelas Requerentes aos FIDCs credores, já arrolados na Classe III – Quirografia deste pedido recuperacional.*

45. Com o exposto, sobreveio judiciosa decisão de deferimento do processamento do feito recuperacional, da qual destacam-se os seguintes trechos, em Id. 36743744, *in verbis*:

“Trata-se de pedido de Recuperação Judicial feito por Riopet Embalagens S/A., Injetrio Indústria de Plástico Ltda., Resin Plásticos Ltda. e BMW Participações Ltda., que formam o Grupo Riopet, que vem atuando no ramo de embalagens plásticas, há aproximadamente 27 anos. O cenário global é de crise econômica, que foi severamente agravada pela Pandemia e pela guerra da Ucrânia, fatores que ainda perduram no cenário mundial, resultando em agravamento da situação econômica nacional, fazendo com que a população perdesse seu poder aquisitivo, resultando na redução do consumo, o que com certeza afetou a atividade comercial do Grupo requerente. Ao longo dos anos, temos assistido ao triste cenário brasileiro, onde inúmeras empresas famosas quebraram deixando inúmeros débitos em aberto, além de desempregados e diminuição da arrecadação tributária. Podemos citar exemplos de nossa infância tais como Mesbla, Varig, entre tantas... A quebra além do prejuízo causado ao empresário, tem uma consequência muito maior pois afeta os empregados, o local onde atua, vide o centro do Rio de Janeiro, hoje, um verdadeiro deserto de lojistas, despenca a arrecadação do fisco, enfim, destrói a economia, “lato sensu”... A economia precisa girar para que as condições de vida da população melhorem, pois empregos são vitais!!! Entendo que a Lei 11.101/05, tem uma enorme influência social já que seu objetivo é a reorganização das empresas que, nada obstante à crise instaurada, têm condições de superá-la atingindo o fim social a que se destinam. Na hipótese, as sociedades têm longa tradição, abrigando centenas de empregados e desempenhando importante função para a economia do país. Assim, evitar a quebra tem inúmeros benefícios alcançando um universo maior que a própria empresa. É, portanto, passível de se enquadrar nas hipóteses

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

previstas em Lei, uma vez que cumpriram o disposto no art. 51 da lei 11.101/2005, apresentado a documentação ali exigida, pelo menos em cognição sumária. Com relação ao pedido de suspensão dos efeitos dos protestos listados na petição inicial, verifica-se que são protestos tirados contra clientes das requerentes, mas cuja exigibilidade dos títulos recai sobre as próprias requerentes, o que coloca em xeque a essência e confiança da relação comercial existente e o fornecimento de novos produtos pelas requerentes, bem como o objetivo primordial de recuperação. Sendo assim, entendo que, no caso em tela, pode e deve ser deferida a tutela de urgência para suspender os efeitos dos protestos tirados contra clientes das requerentes. Tal decisão poderá ser revista a qualquer tempo, isso inclui a hipótese da votação do plano de recuperação em assembleia. Assim, diante do exposto, na forma do art. 52 da Lei 11.101/2005, DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL de RIOPET EMBALAGENS S/A., INJETRIO INDÚSTRIA DE PLÁSTICO LTDA., RESIN PLÁSTICOS LTDA. e BMW PARTICIPAÇÕES LTDA., em litisconsórcio ativo e em consolidação processual, nomeando MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, tendo como representante perante este r. Juízo o sócio e advogado Dr. MURILO MATUCH DE CARVALHO, OAB/RJ 137.860, dados já de conhecimento do Cartório já que o mesmo funciona em outros feitos, no entanto, para as partes terem ciência, o mesmo tem sede na Rua da Assembleia, 40 - 5º. Andar, telefone de contato: 2544-0989, e-mail: murilo@mcaa.adv.br, para funcionar como Administrador Judicial. Intime-se o mesmo com urgência para dizer se aceita o encargo, na forma determinada. Em conformidade com o art. 24 da LRE, fixo seus honorários em 2 % (dois por cento) sobre os créditos submetidos à recuperação. Dispensio, no momento, a apresentação de certidões negativas para que as requerentes exerçam suas atividades, bem como ordeno a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as requerentes, na forma do art. 6º da LRE e mais as exceções previstas no art. 49, §§ 3º e 4º da LRE, observando-se o prazo legal. Defiro a tutela provisória requerida, com a

suspensão dos efeitos dos protestos listados no anexo 22, bem como determino a abstenção de novos protestos por parte dos clientes listados no anexo 23, na forma do requerido. Determino que as requerentes apresentem contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores. Ordeno, ainda, que as requerentes acrescentem após seus nomes empresariais a expressão 'em recuperação judicial'. Com relação às custas ainda que não certificadas em sua totalidade, diante da urgência do caso, cumpra-se a presente, após, deverá o cartório proceder a certificação das mesmas e determinar a volta a conclusão. Intime-se o Ministério Público, comunicando, por carta, à Fazenda Pública Federal e as de todos os Estados e Municípios em que a requerente tenha estabelecimentos. Na forma do § 1º, do art. 52, da LRE, publique-se o edital. Intimem-se. Expeçam-se os mandados por OJA de plantão.

46. Inicialmente, esse Subscritor consigna que está honrado com sua nomeação para atuar na presente Recuperação Judicial, reiterando seu compromisso com o Poder Judiciário, representado por este respeitável Juízo, no sentido de empreender todos os seus esforços, a fim de bem e fielmente desenvolver o seu múnus, nos termos da Lei 11.101/2005, mediante uma administração judicial profissional, ágil, efetiva e transparente, que contará com uma equipe multidisciplinar, formada por advogados, contadores, administradores e economistas, coordenados pelo profissional que ora subscreve.

47. Nesse sentido, essa Administração Judicial informa que, tão logo cientificada do processamento desta recuperação, diligenciou as providências iniciais, a seguir detalhadas, bem como a formalização da nomeação.

48. Em contato com a zelosa Serventia deste r. Juízo, o representante da Administração Judicial, Dr. Murilo Matuch de Carvalho, apresentou as informações necessárias para a confecção do Termo de Compromisso de Administrador Judicial, que foi prontamente elaborado, disponibilizado e assinado pelo mesmo, conforme Id.37034050, dando início aos trabalhos referentes à administração judicial.

49. É a síntese do necessário.

II. Das providências tomadas por este Administrador Judicial desde a assinatura do Termo de Compromisso

50. Por aceitar tal encargo, que muito lhe honra e dignifica, este Administrador Judicial assinou o *Termo de Compromisso* em cartório, na data de 21 de novembro de 2022, e, ato contínuo, iniciou suas atividades, que até o momento, são assim resumidas:

(i) Análise e verificação da petição inicial e da documentação com ela juntada, com a finalidade de melhor conhecer as características das sociedades empresárias requerentes e as razões do pedido de recuperação;

(ii) Contato com os ilustres patronos das sociedades requerentes, buscando receber documentação indispensável ao correto exercício do mister para o qual foi nomeado e agendar inspeção nas instalações do Grupo Riopet, com a presença dos sócios, com a finalidade de atestar seu correto funcionamento e expor o escopo da Administração Judicial;

(iii) Criação da conta de e-mail riopet@mcaa.adv.br, visando implementar um canal de comunicação direta com os credores das Recuperandas e demais interessados, além de receber as divergências e as habilitações de crédito;

(iv) Envio de cartas aos credores, tomando por base a “Lista de Credores”, juntada aos autos pelas Recuperandas, conforme se extrai de Id. 38120619;

(v) Inspeção in loco no Parque Fabril do Grupo Riopet, com o objetivo de constatar as reais condições físicas de funcionamento das sociedades em recuperação, ou seja, verificar se as Recuperandas efetivamente se encontram operando, na forma propalada na petição inicial;

(vi) Disponibilização de minuta de Edital, para publicação na forma do art. 52, parágrafo primeiro, da Lei 11.101/2005.

51. De modo a posicionar melhor este respeitável Juízo, passa a detalhar, ainda que resumidamente, as referidas atividades mencionadas.

II.a Análise e verificação da petição inicial e da documentação com ela juntada.

52. Conforme dito, este Administrador Judicial analisou profundamente o petitório inicial, além de toda a documentação encartada pelas Recuperandas, com a finalidade de melhor conhecer as características das sociedades empresárias e as razões do pedido de recuperação.

53. Pode-se afirmar que a análise inicial corrobora, a nosso sentir, a argumentação que lastreia o pleito recuperacional, constatação essa que será devidamente esmiuçada no Relatório Inaugural de Atividades, o primeiro desta Administração Judicial, que oportunamente será apresentado nos autos.

54. Vale destacar que a análise da documentação exigida pelo art. 51 da Lei 11.101/2005 será tratada em tópico seguinte.

II.b Contato com os ilustres patronos da sociedade requerente

55. Excelência, esta Administração Judicial fez contato telefônico com os ilustres patronos das sociedades Requerentes, fornecendo os seus contatos e solicitando os contatos prioritários para tratar das questões relativas ao andamento da recuperação judicial, incluindo a remessa de documentos essenciais ao início dos trabalhos, bem como solicitando os endereços atualizados para que se pudesse agendar, o mais breve possível, as inspeções nas instalações das Recuperandas, para fins de elaboração do relatório inicial.

56. Ato contínuo, todas as requisições foram atendidas, sendo certo que os ilustres patronos das Recuperandas diligenciaram reunião com o corpo técnico das sociedades em recuperação, como acima mencionado, bem como enviaram a esta Administração Judicial a Lista de Credores em *Excel*, garantindo o envio das correspondências aos credores de forma rápida e eficiente.

MATUCH DE CARVALHO

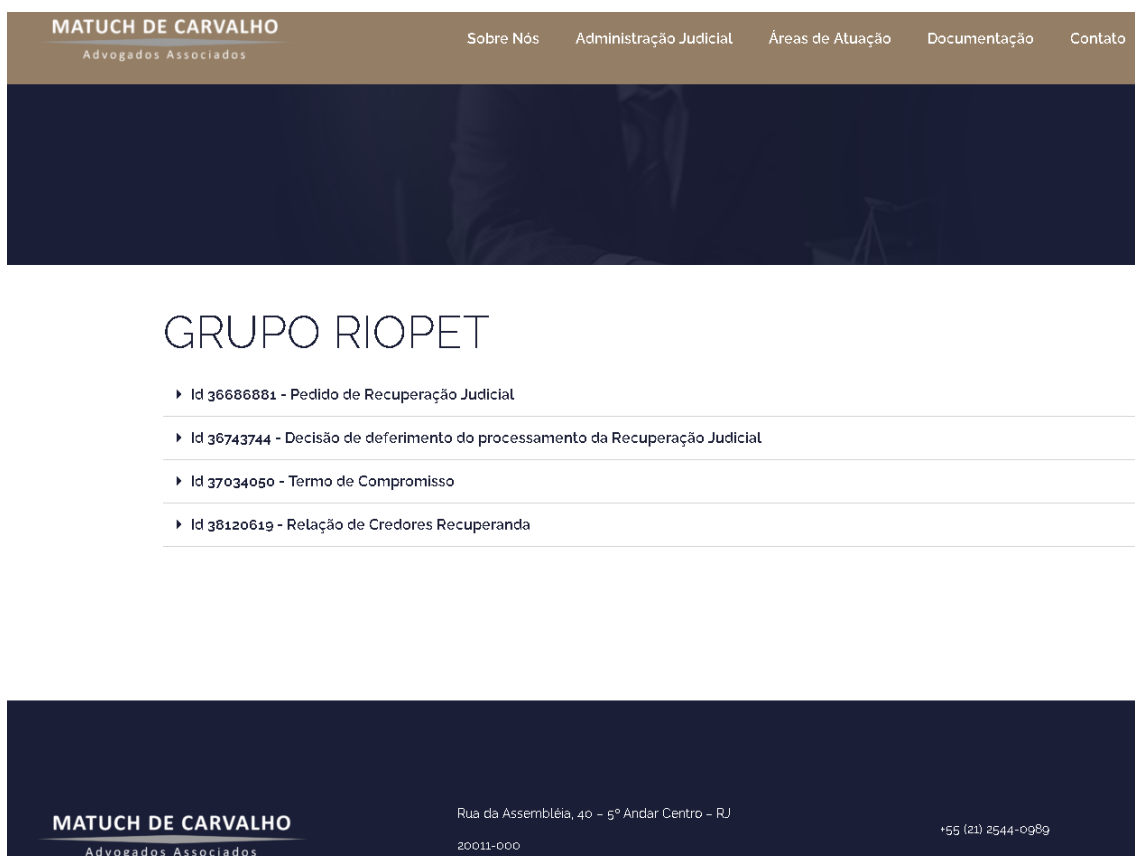
Advogados Associados

II.c Criação da conta de email riopet@mcaa.adv.br.

57. Tão logo nomeada, essa Administração Judicial prontamente diligenciou a disponibilização das ferramentas de atendimento exclusivas para esta Recuperação Judicial, de forma a cumprir os protocolos internos e padrão de trabalho executados.

58. Para tanto, o setor respectivo realizou o registro do endereço eletrônico que servirá de canal para recebimento de correspondências eletrônicas e de habilitações/divergências administrativas, a saber: riopet@mcaa.adv.br.

59. Em complemento, foi incluído no site da Administração Judicial – <http://mcaa.adv.br/>, uma área específica para a reunião das principais informações e documentos do processo, tais como: petição inicial, decisão de deferimento do processamento, termo de compromisso, relação de credores, etc. Veja-se:



The screenshot displays the website of MATUCH DE CARVALHO Advogados Associados. The header includes the firm's name and a navigation menu with links: Sobre Nós, Administração Judicial, Áreas de Atuação, Documentação, and Contato. The main content area features a dark background with a faint image of a person. Below this, the section 'GRUPO RIOPET' is highlighted, followed by a list of documents with their IDs and titles:

- ▶ Id 36686881 - Pedido de Recuperação Judicial
- ▶ Id 36743744 - Decisão de deferimento do processamento da Recuperação Judicial
- ▶ Id 37034050 - Termo de Compromisso
- ▶ Id 38120619 - Relação de Credores Recuperanda

The footer contains the firm's name, address (Rua da Assembleia, 40 – 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – Brasil), CEP (20011-000), PABX ((55 21) 2544 0989), and website (www.mcaa.adv.br).

60. Este ambiente virtual será constantemente atualizado com novos documentos e, especialmente, com os editais e avisos aos credores a serem disponibilizados no curso da recuperação judicial, tudo a facilitar e garantir o amplo acesso e publicidade às informações do processo, tanto para credores, como para interessados, nos termos dos artigos 36 e 191 da LRF.

II.d *Envio de correspondências aos credores das Recuperandas*

61. Como prefalado, a equipe da Administração Judicial solicitou às Recuperandas uma planilha em formato *excel* contendo a relação de credores, com indicação dos créditos, nome completo dos credores, CPF e, notadamente, o endereço completo, a fim de dar cumprimento ao art. 22, I, “a”, da Lei 11.101/2005, com o envio das cartas aos credores listados.

62. Recebida a planilha com a relação de credores, esse Administrador Judicial direcionou sua equipe para a adoção das medidas pertinentes, a fim de dar cumprimento ao disposto na alínea “a” do inciso I do art. 22, tendo o trabalho iniciado com uma conferência prévia das informações constantes na planilha, notadamente a conformidade dos endereços informados, o que se mostra essencial para a efetividade da diligência de envio das cartas.

63. Assim, essa Administração Judicial iniciou os trabalhos de elaboração, impressão, manuseio, envelopamento e postagem de 33 (trinta e três) cartas físicas, através dos Correios. Além do envio das cartas via Correios, também foram encaminhadas 361 (trezentos e sessenta e uma) correspondências através dos e-mails indicados pelas Recuperandas, tudo objetivando conferir máxima eficiência à comunicação aos credores e total transparência e agilidade nas informações relacionadas à recuperação judicial.

64. Essa Administração Judicial busca viabilizar o envio das cartas antes da publicação do Edital a que alude o art. 52, §1º, da Lei de regência, a fim de conferir a maior antecedência possível para que os credores possam verificar adequadamente os créditos inscritos e, eventualmente, manejarem as medidas administrativas cabíveis para a eventual divergência/habilitação dos seus créditos, tudo buscando evitar, ao máximo, a judicialização das medidas de verificação dos créditos.

65. Cabe dizer que as cartas enviadas prestaram aos credores todas as informações necessárias para eventual apresentação de divergência, disponibilizando o canal de comunicação, via *e-mail*, criado exclusivamente para esta Recuperação Judicial, além de número de telefone para contato.

II.e Realização de inspeção in loco no Parque Industrial das Recuperandas

66. Como prefalado, Excelência, após prévio agendamento com os ilustres patronos das Recuperandas, foi então realizada, no dia 25 de novembro de 2022, a primeira diligência de inspeção pessoal no Parque Industrial do Grupo Riopet, que se localiza na Rua Professor Eduardo Vianna, nº 175, Galpão 01, Carolina, Nova Iguaçu-RJ, CEP nº 26.012-840.

67. O objetivo dessa primeira diligência de verificação e inspeção *in loco* era constatar as reais condições físicas de funcionamento das sociedades em recuperação, ou seja, verificar se as Recuperandas efetivamente se encontravam operando, na forma propalada na petição inicial.

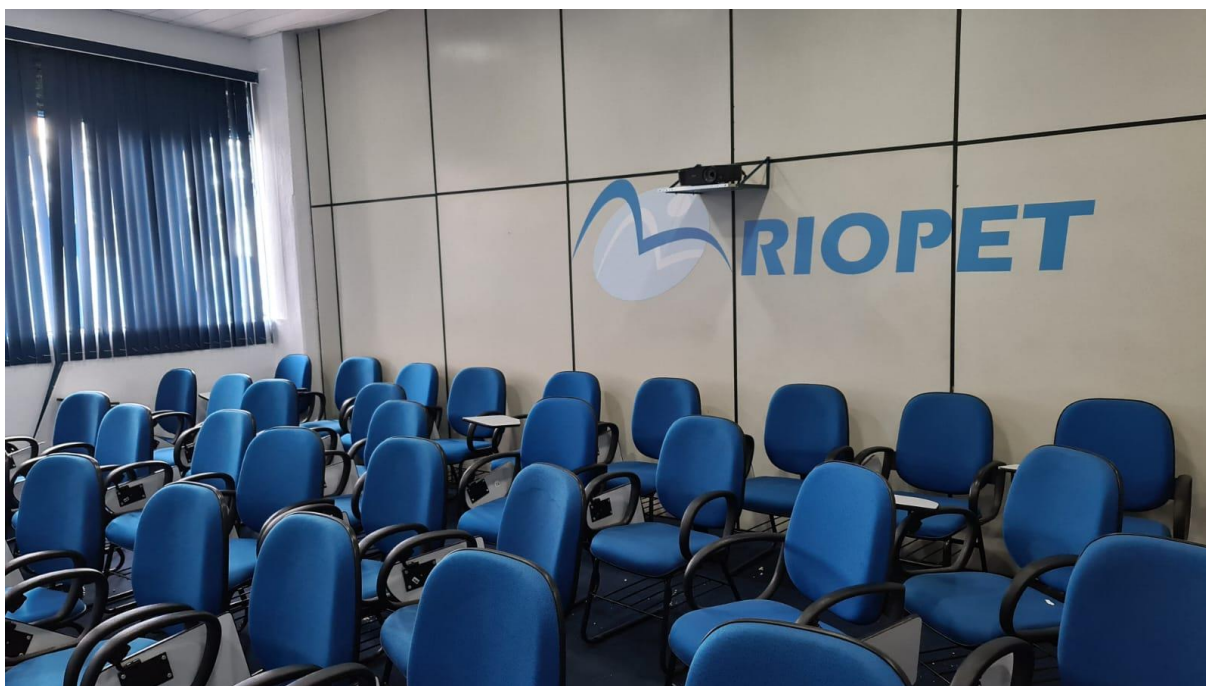
68. Assim é que os advogados Julio Matuch de Carvalho, inscrito na OAB/RJ sob o nº 98.885, e Johan Trindade, inscrito na OAB/RJ sob o nº 228.748, representando a Administração Judicial, se dirigiram ao Parque Industrial do Grupo Riopet, e foram regularmente recebidos pelo representante legal da Riopet, Sr. Marcus Vinícius El Huaick de Araújo, bem como pela ilustre advogada Hayna Bittencourt, inscrita na OAB/RJ sob o nº 174.213, que integra o escritório de advocacia que patrocina as sociedades Recuperandas.

69. Durante a realização da diligência, esta Administração Judicial constatou que as Recuperandas se encontram em pleno e regular funcionamento, estando suas instalações bem equipadas e ocupadas por funcionários das sociedades, que narraram a excelente disposição técnica de trabalho que o Grupo Riopet detém.

70. Seguem fotos tiradas no local, para ilustrar o quanto informado:

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



Sala de treinamento.



Armazém de produtos.

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



Caminhões recebendo produtos.



Área externa do parque fabril

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



Maquinário no interior do parque fabril



Maquinário no interior do parque fabril

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



Armazém de material utilizado no transporte do produto.



Interior do parque fabril em plena atividade.

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



Área de transformação de resina (matéria prima) em produto comercializável.



Área de suporte e controle

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



Maquinário que permite notar instalações de transporte da resina (matéria prima).



Equipe que realizou a visita (integrantes do time do AJ, integrante do time do escritório de advocacia do Grupo em Recuperação e Sócio-diretor do Grupo).

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

II.f Disponibilização da minuta do 1º Edital, art. 52, §1º, da LRF

71. Por seu turno, visando imprimir a máxima efetividade ao processo de Recuperação Judicial e a celeridade que o feito exige, essa Administração Judicial elaborou a minuta do Edital previsto no § 1º, do art. 52 da Lei 11.101/2005, tendo encaminhado à zelosa Serventia, para submissão ao crivo deste r. Juízo, o formato reduzido, que visa minimizar as despesas inerentes à publicação de Edital, sendo certo que a relação nominal de credores das Recuperandas pode ser consultada em Id. 38120619, bem como através do link abaixo:

<https://onedrive.live.com/?authkey=%21AJJ%2DIFNU960pZFE&id=2DBF5EDA67026853%21384&cid=2DBF5EDA67026853&parId=root&parQt=sharedby&o=OneUp>

Senhora Juíza

Diante de todo o exposto, o presente relatório inicial é apresentado para conhecimento da comunidade de credores acerca dos atos já praticados por esta Administração Judicial, informando que as medidas que serão tomadas pelas Recuperandas serão acompanhadas através de medição de liquidez financeira, demonstrativos de resultados etc., o que estará reproduzido nos relatórios de atividade que serão produzidos ao longo do feito recuperacional.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2023.



MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS

MURILO MATUCH DE CARVALHO

Administrador Judicial

OAB/RJ 137.860